

Para Entender a Ética Pragmática das Entidades Animalistas

Congresso Vegetariano Brasileiro (VegFest) – 2017
Campos do Jordão / SP

Carlos Naconecy
Filósofo,
Oxford Centre for Animal Ethics

Começo recapitulando a história da abordagem pragmática em Ética Animal. Quem pensa que o pragmatismo animalista é algo muito recente, engana-se. O termo já apareceu na obra *The Animal Rights Crusade*, de J.M. Jasper e D. Nelkin, publicada em 1992. Essa concepção foi desenvolvida filosoficamente pelo canadense David Sztybel em 2007. Em 2010, incumbi-me da tarefa de introduzir no Brasil as críticas de Sztybel ao que ele chama de “abolicionismo fundamentalista”. Em 2017, a abordagem pragmática foi explicitada no livro do ativista belga Tobias Leenaert, intitulado *How to Create a Vegan World: A Pragmatic Approach*.

Primeiramente, há que se enquadrar as posições concorrentes e rivais nesse debate. No Brasil e em outros países, o movimento de defesa animal está dividido em três posições:

1 - “*Bem-Estarismo*”, que aceita o uso humano de animais, desde que eles sejam tratados humanitariamente, o que significa que se evite, na medida do possível, seu sofrimento desnecessário. O foco dessa corrente é a implementação de regulamentações, leis ou políticas públicas que, pelo menos, reduzam o sofrimento animal provocado pelos seres humanos nas suas várias áreas.

2 - “*Abolicionismo*” (ou “*Direitos dos Animais*”), que entende que nosso uso de animais não é moralmente justificado e que, portanto, deve ser abolido.

3 - “*Pragmatismo*”, que defende a redução do máximo de sofrimento e morte animal, o mais rápido possível, enquanto não houver a possibilidade de libertar todos eles da escravidão, que é o que se deseja como resultado final. Esta posição será chamada aqui de “*Abolicionismo Pragmático*”, ideologia esta que move aqueles que, como irei mostrar a seguir, fazem um ativismo animalista visando alto impacto.

Exemplos típicos de ativismo pragmático, objetivando ações de alto impacto, seriam as campanhas em prol (1) da redução de consumo de carne (como a “Segunda sem

Carne”) e (2) do aumento do bem-estar animal nas fazendas de pecuária (como a que promove a criação de galinhas em galpões, em vez da criação em gaiolas).

A primeira delas, a campanha Segunda Sem Carne, no Brasil, por exemplo, tem como resultado a redução do consumo de 93 toneladas de carne por mês nas escolas públicas de São Paulo.* Se considerarmos apenas galinhas atingidas por essa campanha, isso equivaleria a deixar de criar e matar cerca de 50 mil animais.

O ponto crucial nessa discussão é notar que tanto a abordagem *reducionista* (pela redução da quantidade de sofrimento e mortes) quanto a *bem-estarista* (pela melhoria das condições de uso de animais) podem estar de acordo com a ideologia abolicionista. Por quê? Porque, independentemente de estratégias de ação, deve ser chamada de abolicionista toda e qualquer entidade ou pessoa que almeje, como fim último, a abolição do uso de animais como meros instrumentos para as finalidades humanas.

Meu objetivo aqui é, ao explicar o pragmatismo animalista, mostrar a diferença dessa abordagem com a que chamarei de “*Abolicionismo Ingênuo*” (ou também “*Abolicionismo Salto de Vara*” ou “*Abolicionismo Imediatista*”). Para tanto, veremos sete pontos críticos que envolvem o pragmatismo na causa animal. Espero que, ao final, você entenda porque várias entidades nacionais e internacionais adotam uma ética pragmática como guia de orientação para sua prática ativista.

PRIMEIRA CRÍTICA

Como mencionei, há uma campanha presente em alguns países, no Brasil inclusive, chamada de Segunda Sem Carne, que, como o nome diz, propõe que se elimine o consumo de carne em, pelo menos, um dia da semana. Trata-se, portanto, de uma proposta *reducionista*, de cunho pragmático. Essa campanha suscitou a seguinte crítica: adotar uma ética de suavização da miséria animal é como adotar uma ética de suavização da pedofilia, do estupro e de outras violências hediondas. O bordão jocoso veiculado dentro do movimento animalista foi “*Segunda sem carne, Terça sem estupro, Quarta sem pedofilia..., etc.*”.

Tal crítica, entretanto, apresenta uma analogia tremendamente enganadora: pensar em eliminar a exploração animal gradativamente *não* é análogo a propor o combate à exploração humana também de forma gradual - pois o estupro e a pedofilia *já* são entendidos como moralmente inaceitáveis entre as pessoas psicologicamente saudáveis. Mas abusar de animais, visando comê-los, não provoca revolta moral no senso comum. Ao contrário, os hábitos alimentares carnistas compõem a identidade sociocultural da maioria das comunidades no mundo, ao mesmo tempo que não há essa identificação social quanto ao estupro.

* Referente ao ano de 2015.

O Abolicionismo Ingênuo erra ao desconsiderar o contexto moral na comparação da escravidão humana com a escravidão animal. Se já há um clima social favorável à abolição de um tipo de escravidão, a luta pelo bem-estar da vítima pode, sim, atrasar o processo abolicionista. Mas o contexto atual é desfavorável à libertação animal, portanto reduzir a miséria deles hoje é algo moralmente muito bom - e não mau ou neutro eticamente.

Por essa mesma razão, uma eventual lei obrigando o uso de anestésico durante os estupros (1) irá sugerir que o estupro é aceitável e (2) poderá até aumentar os episódios de violência. Mas, no caso de exploração de animais, é diferente: uma lei dando mais conforto para os animais antes do abate *não* irá aumentar o mal que se faz a eles.

Resumo do Ponto:

Lutar pela abolição gradual do abuso dos animais *não* é semelhante a tentar abolir, digamos, o abuso infantil também de modo gradual. Propor o consumo eticamente mais consciente de animais *não* é semelhante a propor o estupro com maior consciência ética. O Abolicionismo Ingênuo comete o erro de adotar a mesma estratégia para eliminar algo que é aprovado pela maioria da sociedade (comer carne) e algo que é reprovado por ela (estupro, pedofilia, etc.).

SEGUNDA CRÍTICA

Outro bordão animalista bem conhecido é "*Não queremos jaulas maiores; queremos jaulas vazias!*". Mas se é eticamente correto aumentar o bem-estar de seres humanos, por que seria diferente em se tratando de animais?

Tomemos como exemplo uma organização internacionalmente respeitada e reconhecida como sendo de alto impacto, a Anistia Internacional. Ela luta pela abolição do encarceramento de pessoas por razões políticas. Ela é, portanto, por definição, uma entidade abolicionista. Mas, ao mesmo tempo, ela também luta pela melhoria das condições de encarceramento de presos políticos naqueles países nos quais a libertação desses dissidentes não é uma opção neste momento.

Imagine você agora ocupando uma cela de uma prisão nos anos da ditadura militar. Pergunto: quem você desejaria ter como companheiro de cela? Suponha que um carcereiro, mais compassivo, venha até à grade e lhe ofereça um cobertor para atenuar o frio. Se seu companheiro de cela for um abolicionista ingênuo, ele dirá "*não queremos celas com cobertores; queremos celas vazias*". Ou, ainda, dirá "*nada menos do que a libertação de todos agora!*". Um abolicionista pragmático, por sua vez, vendo que continuará preso a curto e médio prazo, aceitará, sim, o cobertor.

Podemos seguir com exercícios de imaginação moral: se eu fosse um porco aprisionado em uma baia neste momento, eu preferiria viver com mais espaço, mais

água e mais forragem, antes de ser enviado ao matadouro. E, chegando ao matadouro, eu preferiria ser abatido da forma mais rápida e menos dolorosa possível. Eu preferiria que alguém pensasse em recorrer a um “abate humanitário”, seja lá o que isso significasse na prática. Eu escolheria morrer por inalação de CO² do que por golpes de marreta na cabeça.

Aliás, a este respeito, é bastante comum uma confusão semântica entre abate humanitário e eutanásia. Quem coloca aspas no “abate humanitário”, está pensando que a indústria da carne deseja eutanasiar animais. Este não é o caso: nos matadouros não se pratica eutanásia, nem essa é a intenção. O que é humanitário não é a *decisão* de matar o animal ou a *razão* de sua morte. O que é humanitário é apenas e tão somente o *modo* pelo qual ele irá morrer. O seu destino já está selado. Resta apenas escolher de que forma os bois, porcos e galinhas irão perder suas vidas.

Aqui, novamente, você deve se imaginar em uma situação semelhante à da vítima. Em Ética, esse é um excelente teste. Vejamos: suponha que você seja vítima de um sequestro. A sua família não pode pagar o resgate. O sequestrador decide cumprir sua promessa e matá-lo. Ocorre que, por um escrúpulo qualquer, ele antes pergunta se você deseja morrer com um tiro de revólver na cabeça ou com marretadas. Se você escolher o tiro, isso não significa que você tem vontade de morrer ou concorda com a sua execução. Você apenas escolheu o modo “menos pior” das coisas ocorrerem. Entendendo assim, não é preciso usar aspas no “humanitário”, já que essa expressão não é necessariamente cínica ou hipócrita.

Resumo do Ponto:

Se as lutas pela redução do sofrimento humano são bem-vindas, por que não valeria o mesmo para os animais?

TERCEIRA CRÍTICA

No exemplo anterior, o fato de você aceitar o cobertor oferecido pelo carcereiro *não* significa que você está concordando em estar preso ou está conformado com a sua prisão. Da mesma forma, um animalista pragmático dirá que trabalhar pela redução do sofrimento dos animais *não* significa estar de acordo com a exploração deles. Significa apenas reconhecer que a indústria da carne não pode ser parada hoje, nem amanhã, nem depois de amanhã. Significa que a conjuntura social e política atual não é suficiente para que a proibição do uso de animais seja legalizada.

Para qualquer galinha real, de carne e osso, 20% de liberdade em um galpão é muito melhor que o 0% de uma gaiola. Se alguém aprova os 20% de liberdade, isso não significa que ele não deseje os 100%. Se alguém concorda com o uso de anestésico na castração de porcos, isso não significa que ele esteja aprovando o uso do porco como comida. Se uma entidade é a favor de uma lei que aumente o

espaço para a criação de frangos de corte, seria muito leviano (ou um ato de má-fé) interpretar isso como um sinal que tal entidade é a favor da escravidão dos frangos ou do uso deles como fonte de proteína. Essa entidade pode apenas estar mostrando que algo da sua agenda abolicionista não pode ser realizado por enquanto – e não que tal entidade carece de uma agenda abolicionista.

Do mesmo modo, a defesa de um pragmatismo animalista também não significa que as etapas que separam o *Bem-Estarismo* da *Libertação Animal* devam ser percorridas obrigatoriamente, lentamente e com muita cautela. Ao contrário, há que se pular qualquer etapa nessa aproximação gradual, sempre que isso se mostre possível.

Resumo do Ponto:

Trabalhar pela redução do sofrimento e de mortes de animais não significa concordar com a exploração deles.

QUARTA CRÍTICA

Seria razoável supor três grandes fases pelas quais uma sociedade passa no que diz respeito ao tratamento de animais: (1) extrema crueldade (como atualmente), (2) crueldade substancialmente reduzida (como resultado da ampliação de leis de bem-estar animal ou da redução do consumo de carne) e (3) reconhecimento dos direitos dos animais.

Em uma sociedade tão especista quanto a nossa, com juízes e políticos tão conservadores quanto os nossos, seria muito ingênuo esperar um "salto de vara" da crueldade dos dias de hoje para a libertação animal. Do animal como coisa, e tratado como tal, para o animal com direitos totais. Entre um e outro, haveremos de passar por uma fase intermediária, caracterizada por medidas bem-estaristas e ações reducionistas.

Se isso é assim, o próprio movimento abolicionista acaba favorecendo a permanência da crueldade, na medida em que tende a promover campanhas muito pouco realistas – como a que propõe que se liberte *todos* os animais de *todas* as fazendas e de *todos* os matadouros. Ao não tentar trabalhar pelo o que é melhor para os animais a cada momento, a cada estágio do desenvolvimento moral da nossa sociedade, é o abolicionista imediatista que se torna cúmplice da miséria que atinge os animais hoje. Ao apresentar propostas inviáveis legalmente e pleitear o que é impraticável, é ele que favorece a manutenção do *status quo* especista.

Resumo do Ponto:

Indiretamente, o Abolicionismo Ingênuo acaba favorecendo a miséria animal

QUINTA CRÍTICA

Abolicionistas ingênuos tendem a pensar “direitos dos animais” como coisa abstrata, pertinente a animais abstratos – em vez de algo a ser materializado no animal concreto e real, que, neste exato instante, ocupa alguma gaiola, em algum criadouro. O reconhecimento de direitos não é o fim último da ação ativista. Direitos são apenas meios. Os animais é que são os fins em si mesmos. Não há nada de valor na abolição a não ser pelo fato de fazer um bem para quem é libertado. O fim último da causa animal deve ser o próprio indivíduo animal, não algum princípio filosófico. A obsessão do ativista pelos direitos dos animais, fazendo da ideia da abolição um fetiche conceitual, o distrai do foco sobre o que realmente é importante em termos morais.

Neste ponto, um abolicionista ingênuo poderá contestar dizendo o seguinte: o melhor para um animal é ter direitos, para que ele não seja escravizado pelo especismo. Isso é verdade, em se tratando de uma verdade atemporal. Um abolicionista pragmático irá concordar em fazer valer direitos o mais cedo possível. O erro aqui é não distinguir (1) o melhor que se possa conceber de (2) o melhor realmente possível. A libertação dos animais não é o melhor que pode ser implementado em favor dos animais a curto prazo, simplesmente porque isso não é nem mesmo uma opção a curto prazo, neste momento.

Resumo do ponto:

O Abolicionismo Ingênuo esquece que o alvo da Defesa Animal deve ser os próprios animais, enquanto indivíduos. Direitos são apenas uma ferramenta para protegê-los.

SEXTA CRÍTICA

O Abolicionismo Ingênuo tende a adotar a lógica do “tudo ou nada”. ou os animais têm direito total à vida e à liberdade ou não têm direito algum. Mas o status de instrumento para os interesses humanos que o animal detém não o impede de ter vários direitos - inclusive o direito ao bem-estar. Uma lei bem-estarista que proíba a criação intensiva de galinhas, em gaiolas ou galpões, pode ser interpretada como uma lei que institui o direito das galinhas ao livre movimento nas fazendas de criação – mesmo que as galinhas continuem sendo propriedade humana. Aliás, segundo as antigas leis romanas, um escravo também tinha certos direitos (em relação a tratamento excessivamente cruel), ainda que fosse considerado propriedade do seu senhor.

Resumo do Ponto:

O Abolicionismo Ingênuo adota a lógica do “tudo ou nada” em se tratando de direitos dos animais, o que é um erro.

SÉTIMA CRÍTICA

Segundo o pragmatismo animalista, campanhas em prol da redução do consumo de carne ou da melhoria das condições nas fazendas influenciam favoravelmente a sociedade quanto à libertação animal. Por quê? Porque, dentre outras razões, essas campanhas dão visibilidade à senciência dos animais. Elas atraem a atenção do público para os métodos de produção de sua comida. Elas, portanto, sensibilizam a mentalidade das pessoas no que diz respeito à mensagem animalista.

O Abolicionismo Ingênuo consideraria uma lei que proíba a criação de galinhas em gaiolas como uma lei antiabolicionista, na medida em que tal lei (apenas) confirma o status de propriedade desses animais. O Abolicionismo Pragmático, por sua vez, interpretará essa lei como aquela que abole uma prática cruel na pecuária, mesmo que não tenha contestado o uso de galinhas como comida. Essa lei pode ser entendida assim como um potencial passo em direção à libertação das galinhas, já que chama a atenção da comunidade para os problemas éticos da avicultura.

O Abolicionismo Ingênuo verá a rede de lanchonetes Mac Donald's como "o inimigo a ser destruído". O Abolicionismo Pragmático entende que qualquer melhoria que uma grande multinacional adote em relação ao bem-estar animal pode iniciar um efeito dominó, influenciando toda a indústria da carne, já que nenhuma empresa concorrente desejará aparecer como cruel em comparação com as outras.

A mesma lógica rege a literatura animalista. Um texto bem-estarista não causará automaticamente a compreensão da ideia abolicionista pelo leitor, mas, em conjunção com a inteligência e a sensibilidade moral de quem o lê, frequentemente converte à causa. O livro de Peter Singer, *Libertação Animal*, é um livro bem-estarista, não abolicionista. Mas mesmo não sendo abolicionista, a leitura dessa obra, como sabemos, inspirou e influenciou milhares de abolicionistas e veganos pelo mundo afora.

Lembremos que, por exemplo, o uso de animais em circos em algumas regiões do Brasil foi abolido, sim, mas não por apelo a direitos morais. A abolição dessa prática deu-se por apelo à crueldade, ou seja, por considerações bem-estaristas. E se olharmos a história, aprenderemos que esse processo gradual também aconteceu ao longo dos tempos com os movimentos de direitos civis dos negros e das mulheres. O progresso obtido nessas lutas resultou de um esforço contínuo por mudanças incrementais, sem, contudo, perder de vista o fim último desejado.

Em suma, medidas bem-estaristas criam um ambiente favorável para que o abolicionismo possa florescer como ideia moral. Quanto mais sensibilizada estiver uma cultura em relação aos animais, mais fácil será trazer para o seu interior a ideia de que eles não são coisas. É difícil de acreditar que a promoção da bondade e compaixão no meio social se tornaria um obstáculo à libertação animal, como alguns afirmam.

Resumo do Ponto:

Campanhas bem-estaristas e reducionistas tendem a aproximar os animais da posição abolicionista – ao invés de os afastar, como supõe o Abolicionismo Ingênuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto até agora, já podemos formular o que seria o princípio moral do animalismo pragmático:

"Devemos fazer o melhor para todos os animais (como grupo) e para cada um deles (como indivíduo) tanto a curto prazo quanto a longo prazo".

Tanto abolicionistas imediatistas quanto os pragmáticos desejam o que é melhor para os animais. Mas o que é melhor para eles? Como foi dito, há dois modos de compreender isso: (1) o melhor que se possa conceber ou imaginar e (2) o melhor realmente possível ou exequível. O que chamamos de melhor tem, portanto, essas duas dimensões, esses dois planos. O melhor - como ideal - não depende do seu contexto histórico e social. É um conceito que não se suja no contato com a realidade, tampouco negocia com o mal. Mas a realização concreta daquilo que é melhor para uma criatura depende do momento histórico em que ela se encontra.

Nossa sociedade ainda não permite implantar a abolição da escravidão animal, nem o nosso mundo dará esse “salto de vara”, porque os animais, grosso modo, ainda são vistos como coisas ou comida. A libertação animal não é uma possibilidade a curto prazo, nem a médio prazo. De fato, seria ingênuo pensar que o homem deixará de interferir na vida dos animais em pouco tempo. Isso, todavia, não nos deve levar ao ceticismo, pois a tensão entre o melhor possível (aqui e agora) e o melhor ideal (o justo e o correto) é produtiva. É claro que não se deve perder de vista o que é ideal, como bússola ou baliza, porque isso gera diálogo constante e, desse modo, propicia o progresso moral da nossa sociedade. Mas se a libertação animal não for possível hoje, no próximo mês ou no ano que vem, então deixemos as gaiolas maiores, mais limpas e mais confortáveis *agora*.

O risco de ser ingênuo no ativismo, dentro de uma sociedade fortemente especista como a nossa, é o de, exigindo a erradicação total do uso dos animais, não obtermos nem mesmo o que é o melhor *possível* para eles neste momento. Reclamando a abolição completa, podemos nem mesmo obter a redução da dor e do sofrimento mais brutais. Frequentemente, pedindo o máximo, conseguimos menos que o mínimo. E isso torna as coisas piores para os animais - além de levar os militantes da causa a já conhecida síndrome da exaustão moral (*burnout*), e, eventualmente, ao abandono do ativismo, porque a abolição almejada não lhes dá sinais de estar chegando.

Nenhum porco ou galinha vivendo hoje no inferno da pecuária (numa gaiola escura, apertada e suja) nos perdoaria por essa miopia estratégica, embalada pelo mantra “abolição total agora!”. Enquanto essa abolição não chega, restaria ao ativista ingênuo apenas desejar aos animais “*que Deus os ajude!*”.